

MARIANA GAIO ALVES

PARTICIPAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL



DESAFIOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

www.ie.ulisboa.pt

geral@ie.ulisboa.pt

Alameda da Universidade,
1649-013 Lisboa, Portugal

+351 21 794 36 33

RESUMO

Os resultados de investigação revelam a persistência de desafios significativos no que respeita ao alargamento da participação de jovens e adultos no ensino superior em Portugal. Essa participação precisa de aumentar procurando-se, em simultâneo, assegurar uma maior igualdade de oportunidades do acesso e do sucesso no ensino superior.

Existem evidências claras sobre os benefícios individuais e coletivos do prolongamento dos percursos escolares que justificam o reforço da aposta no alargamento quantitativo e qualitativo da participação no ensino superior. Para enfrentar esse desafio é premente desenvolver estratégias que considerem, articuladamente, o ensino secundário e a transição para o superior, bem como o acolhimento de diversos públicos estudantis nas universidades e politécnicos e as suas ofertas formativas.

RELEVÂNCIA

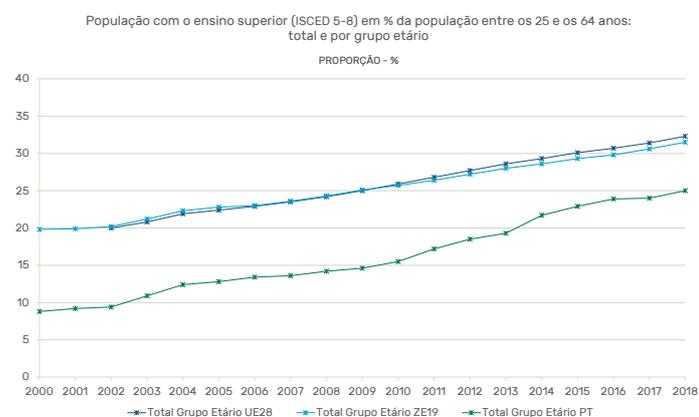
A participação de jovens e adultos no ensino superior em Portugal é ainda reduzida quando confrontada com os níveis de escolarização que se registam em média na União Europeia. No nosso país não é atingida em 2020 a meta estabelecida pela Comissão Europeia de 40% de diplomados de ensino superior no grupo etário dos 30-34 anos, ao contrário do que sucede na generalidade dos países europeus em que essa meta já foi alcançada em 2017.

Acresce que a participação de jovens e adultos é particularmente desigual em Portugal, continuando a ser identificáveis fortes assimetrias nas oportunidades de acesso e sucesso no ensino superior em função de características socioeconómicas e etárias dos estudantes. Esta situação explica-se pelo já extensamente documentado atraso no desenvolvimento do sistema educativo português e mantém-se na atualidade, apesar dos progressos registados nas últimas décadas em termos de expansão da participação no ensino superior.

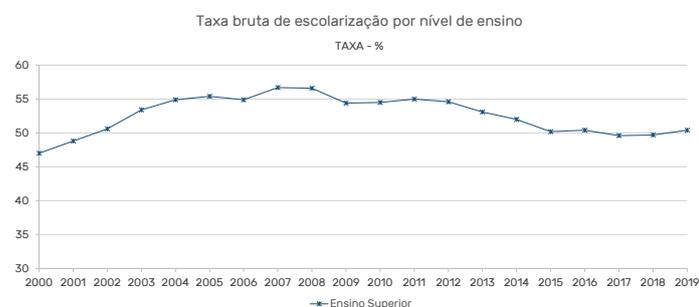
CONTEXTUALIZAÇÃO

A SITUAÇÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO EUROPEU

A percentagem de população entre os 25-64 anos com ensino superior é baixa em Portugal por comparação com os valores registados na União Europeia. Contudo, essa diferença atenuou-se ligeiramente como é notório no gráfico 1:



Nos anos mais recentes regista-se um decréscimo da taxa de escolarização bruta no ensino superior, ou seja, uma diminuição do número de alunos matriculados (independentemente da idade) em universidades e politécnicos face à população em idade de o frequentar, como se pode observar no gráfico 2:



A meta europeia que estabelece que até 2020 pelo menos 40% dos adultos com idade entre os 30 e 34 anos deverá ter concluído uma formação no ensino superior foi atingida em 2017 na União Europeia,

mas permanece atualmente ainda distante (33,5%) no caso português (CNE, 2019). No que respeita à proporção de adultos entre 30 e 34 anos com formação superior, Portugal encontra-se na 26ª posição no conjunto dos 28 países da União Europeia, apenas à frente da Itália e da Roménia (CNE, 2019). Para inverter estas tendências é fundamental alargar o recrutamento quer de jovens quer de adultos. No caso dos jovens tal implica assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória por todos os jovens em idade de a frequentar, uma vez que se verifica em 2018 que cerca de 20% dos jovens não concluem o ensino secundário (CNE, 2019). Relativamente aos adultos, o aumento da base de recrutamento requer que se reforce e incentive o acesso destes alunos em diversos níveis de escolaridade, considerando que a taxa de escolarização no ensino superior da população portuguesa com 24 ou mais anos se cifra em valores inferiores a 17% (CNE, 2018).

A PERSISTÊNCIA DE DESIGUALDADES DE ACESSO E SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR

O alargamento da participação no sistema educativo e da concretização de níveis de escolaridade cada vez mais elevados, coexiste com a persistência de desigualdades que vêm sendo identificadas no plano internacional desde a segunda metade do século XX e que estão na base dos debates sobre igualdade e equidade em vários países (Johns, 1979). Em Portugal, a persistência de desigualdades educativas assume uma expressividade particularmente acentuada (Martins et al., 2018). A este propósito, as pesquisas têm evidenciado que continua a ser observável uma sobre representação dos estudantes oriundos de classes sociais mais favorecidas em termos de volumes de capital económico e/ou escolar no ensino superior português, ainda que durante a frequência académica a classe social de origem se torne menos manifesta nas variações do sucesso escolar (ver, por exemplo, Costa, Lopes, Caetano, 2014). No caso dos adultos, as investigações destacam que a percentagem destes no total de estudantes tem sofrido oscilações significativas desde a publicação, em 2006, da lei referente ao acesso de maiores de 23, sendo este um grupo heterogéneo quer em termos de motivações, expectativas e percursos de vida, quer no plano do respetivo perfil socioeconómico (ver, por exemplo, Frago e Valadas, 2018).

IMPLICAÇÕES PARA A AÇÃO

As estratégias de ação com vista ao alargamento da participação de jovens e adultos no ensino superior em Portugal devem basear-se no reconhecimento dos seguintes aspetos:

Em Portugal não há diplomados a mais e a escolarização superior tem inegáveis benefícios individuais e coletivos

 VALORIZAR – vide recomendações

A criação de condições que permitam o aumento da procura social de ensino superior implica a disseminação da evidência de que a posse de um diploma de ensino superior tem inegáveis benefícios individuais e coletivos nos planos profissional, pessoal e societal.

Desde logo, os diplomados de ensino superior protagonizam situações de inserção profissional mais favoráveis, em termos de acesso ao emprego e valores das remunerações médias. A OCDE (2019) destaca que, durante a última década, as vantagens no que respeita ao acesso e condições de emprego mantiveram-se constantes para os jovens adultos que concluíram o ensino superior, o que não sucedeu com os que terminaram o seu percurso escolar no final do ensino secundário; no mesmo relatório aponta-se também que os diplomados de ensino superior estão menos frequentemente em situações de desemprego e auferem em média rendimentos salariais mais elevados, ainda que com variações segundo as áreas disciplinares. Em Portugal também se constata que a deterioração das condições de acesso ao emprego e de exercício do trabalho é mais acentuada para aqueles que não têm um diploma de ensino superior e concluíram apenas níveis de escolaridade básica ou secundária. Não obstante, as pesquisas sobre inserção profissional de diplomados que vêm sendo realizadas no nosso país nas duas últimas décadas denotam uma redução das taxas de atividade e emprego e dos níveis salariais médios, bem como um aumento da precariedade no emprego particularmente notório e que representa um desafio à coesão social (Alves, Morais, & Chaves, 2017).

A posse de um diploma de ensino superior é também positivamente associada com outros aspetos

da vida pessoal e social que têm vindo a ser destacados em diversos estudos. Em 2019, a OCDE assinala que atingir o ensino superior está associado a uma maior participação em redes interpessoais de que salienta o envolvimento em atividades culturais e desportivas (a participação nestas atividades de adultos com ensino superior está acima de 89%, sendo inferior a 60% entre os que concluíram o ensino secundário). Adicionalmente, no mesmo relatório é sublinhado que a percentagem de leitores frequentes aumenta com a elevação dos níveis de escolaridade, mas que o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, enquanto dimensão importante do bem-estar, não parece estar associada estatisticamente ao nível de escolaridade.

O aumento da participação no ensino superior exige repensar o acesso tanto dos jovens quanto dos adultos promovendo a igualdade de oportunidades

 ASSEGURAR · REFORÇAR · REPENSAR – vide recomendações

O alargamento quantitativo da participação no ensino superior requer, desde logo, que seja cumprida a escolaridade obrigatória de 12 anos, uma vez que os dados relativos a 2018 indicam que há ainda 20% dos jovens em idade de escolaridade obrigatória que não estão na escola (CNE, 2019). Para além disso, o acesso ao ensino superior tem-se concretizado sobretudo a partir dos cursos científico-humanistas, sendo que poucos dos que concluem o ensino secundário em cursos profissionais e tecnológicos prolongam os seus percursos escolares. A este propósito, dados da DGEEC (2019) permitem constatar que, em cada ano letivo entre 2010/11 e 2017/18, cerca de 80% dos diplomados de cursos científico-humanistas são, um ano depois da conclusão do ensino secundário, alunos de uma instituição de ensino superior; idêntica situação ocorre apenas com 4 a 11% (consoante os anos letivos) dos que terminam cursos profissionais, com 33 a 56% dos que concluem cursos tecnológicos e com 42 a 61% no caso dos cursos artísticos especializados. Por isso, importa favorecer o acesso ao ensino superior de alunos das várias vias de ensino secundário de forma mais equitativa, bem como o ingresso nos diferentes tipos de cursos e nas várias universidades e politécnicos igualmente.

Adicionalmente, o alargamento da participação no ensino superior implica reforçar as modalidades de acesso de adultos numa lógica de educação ao

longo da vida. Esta estratégia é tanto mais relevante quanto se verifica que a taxa de escolarização no ensino superior de adultos com 21 ou mais anos é, em Portugal, sempre inferior aquela que se verifica em média na União Europeia (CNE, 2019). Assim, por um lado, há que valorizar a abertura das universidades e politécnicos à entrada de adultos em licenciaturas, nomeadamente através da iniciativa Maiores de 23. Neste âmbito, é crucial ter em conta que o número de adultos matriculados em modalidades de ensino básico e secundário diminuiu significativamente entre 2008/09 (328.339) e 2013/14 (29.302), tendo desde então registado pequenas subidas em cada ano letivo (CNE, 2019). Por outro lado, o acesso de adultos implica igualmente equacionar as opções curriculares e pedagógicas dos cursos pós-graduados em que ingressam estudantes em diferentes fases do ciclo de vida com múltiplas motivações e expectativas.

A diversidade crescente dos estudantes requer estratégias institucionais e pedagógicas que favoreçam a inclusão educativa

 INOVAR – vide recomendações

O alargamento quantitativo da participação no ensino superior suscita desafios no plano da inclusão de estudantes cada vez mais diversos, quer no que respeita às origens socioeconómicas, idades, contextos culturais, características pessoais, experiências e saberes prévios, quer em termos de motivações e expectativas relativamente à frequência académica. A presença de estudantes com múltiplas proveniências reforça a importância de conhecer as suas características plurais e o modo como participam no ensino superior. A investigação tem sugerido que estratégias institucionais que permitam conhecer a diversidade estudantil e favorecer a respetiva inclusão através do desenvolvimento de comunidades de aprendizagem, beneficiam a experiência e envolvimento dos estudantes melhorando os resultados educativos (Kahu, 2013).

Em paralelo, a diversidade estudantil implica diferenciar opções curriculares e pedagógicas, não as circunscrevendo às que são tradicionais no ensino superior. Designadamente, existem indícios de pesquisa educativa sobre a relevância quer de explicitar os pressupostos, valores e expectativas do ensino e aprendizagem nas universidades e politécnicos, quer de valorizar os contextos de vida e as práticas de literacia dos próprios estudantes (Daddow, 2016). Reconhece-se que este tipo de

estratégias de ensino beneficiam a aprendizagem dos estudantes, diminuindo significativamente os níveis de abandono e insucesso escolar que constituem problemas preocupantes para os estudantes individualmente considerados, mas também para o sistema de ensino superior e para a sociedade no seu conjunto (Costa Lopes & Caetano, 2014). Globalmente, é hoje fundamental enfrentar tanto o desafio quantitativo de favorecer o acesso ao ensino superior de um número cada vez mais alargado de estudantes, quanto o desafio qualitativo de promover o sucesso de estudantes crescentemente diversos nas universidades e politécnicos, atenuando as desigualdades educativas que persistem na sociedade portuguesa.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. G., Morais, C., & Chaves, M. (2017). Inserção profissional de diplomados de ensino superior de Portugal: tendências e desafios no início do século XXI, *Fórum Sociológico*, 31 (II Série, 2017), 9-19.
- CNE (2018). *Estado da Educação 2017*. Lisboa: CNE.
- CNE (2019). *Estado da Educação 2018*. Lisboa: CNE.
- Costa, A. F., Lopes, J. T., & caetano, A. (Orgs.) (2014). *Percursos de Estudantes no Ensino Superior – fatores e processos de sucesso e insucesso*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Daddow, A. (2016). Curricula and pedagogic potentials when educating diverse students in higher education: students' Funds of Knowledge as a bridge to disciplinary learning, *Teaching in Higher Education*, 21:7, 741-758.
- DGEEC (2019). *Transição entre o ensino secundário e o ensino superior*. Lisboa: DGEEC.
- Fragoso, A., & Valadas, S. (Coords.) (2018). *Estudantes Não-Tradicionais no Ensino Superior*. Coimbra: CINEP/IPC.
- Kahu, E. R. (2013). Framing student engagement in higher education, *Studies in Higher Education*, 38:5, 758-773.
- Martins, S. C., Sebastião, J., Abrantes, P., & Rodrigues, M. L. (2018). Desigualdades e políticas educativas: Portugal no contexto europeu. In R. Carmo, J. Sebastião, J. Azevedo, S. C. Martins & A. F. Costa (orgs.) *Desigualdades Sociais. Portugal e Europa* (pp. 7-24), Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Johns, L. (1979). Equality vs. Equity of Educational Opportunity, *The Educational Forum*, 44(1), 119-120.
- OCDE (2019). *Education at a Glance*. Paris: OCDE.

www.ie.ulisboa.pt

geral@ie.ulisboa.pt

Alameda da Universidade,
1649-013 Lisboa, Portugal

+351 21 794 36 33

RECOMENDAÇÕES

VALORIZAR os efeitos positivos individuais e coletivos em termos de inserção profissional, desenvolvimento pessoal e participação cívico-política da conclusão cada vez mais generalizada de níveis de escolaridade superior, favorecendo o aumento da procura social.

ASSEGURAR o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos, por forma a alargar a base de recrutamento de jovens para o ensino superior.

REFORÇAR os incentivos para o acesso de adultos de diferentes idades e condições socioeconómicas ao ensino superior.

REPENSAR as modalidades de acesso, tendo por base a promoção de igualdade de oportunidades na transição entre os ensinos secundário e superior.

INOVAR nas estratégias institucionais e pedagógicas, visando a inclusão da crescente diversidade de estudantes em percursos marcados pelo sucesso educativo.